

Temas de 2022



» ARMANDO CASTELAR
Economista, coordenador de economia aplicada do Ibre/FGV

O mercado financeiro parece ter convergido para um cenário para a economia brasileira em 2022 que, infelizmente, é não mais que medíocre. A atividade econômica deve seguir estagnada, com as previsões oscilando entre uma pequena queda (-0,5%) e uma ligeira alta (+0,7%) do PIB. A agropecuária deve ter um bom desempenho, se recuperando da queda de 2021, e os serviços também devem ter um desempenho positivo, conforme se avança no controle da pandemia. A indústria de transformação, por seu lado, deve registrar forte contração, ainda que em parte refletindo o péssimo desempenho do segundo semestre de 2021 e o consequente carregamento estatístico negativo.

Pelo lado da demanda, o investimento se deve contrair e o consumo das famílias desacelerar, enquanto o consumo do governo deve subir mais fortemente. Taxas de juros mais altas, queda da renda real das famílias e elevada incerteza vão impedir uma expansão mais robusta da demanda privada. Por seu lado, com a demanda doméstica estagnada, o crescimento mundial ainda alto e a taxa de câmbio bastante desvalorizada, a demanda externa deve crescer, revertendo a queda deste ano.

A inflação deve cair, mas para uma taxa ainda alta, entre 5% e 6%. Essa queda seria puxada por tarifas de eletricidade mais baixas e preços de alimentos e gasolina relativamente estáveis ou, no pior dos casos, com altas bem inferiores às registradas em 2021. Esses três itens responderam por 57% da inflação de 2021. Naturalmente, essas projeções dependem de não se repetir a seca

que tivemos este ano.

Por seu lado, os preços de serviços, que subiram abaixo da média em 2020-21, vão voltar a pressionar a inflação. A grande incógnita seriam os preços de bens industriais: se espera que eles tenham alta mais moderada, conforme as cadeias de suprimento e a demanda internacional por esses bens se normalizem, mas essa não é uma certeza.

Dado esse cenário base, há três temas principais que podem levar a um quadro razoavelmente distinto. O primeiro é a pandemia. O cenário central com que trabalha o mercado é que a variante ômicron terá impacto apenas moderado sobre a atividade econômica e que esse não se estenderá por muito tempo. Isso pela visão de que, com a vacinação abrangente da população, será possível evitar repercussões mais sérias sobre a saúde e, consequentemente, a necessidade de interromper o funcionamento da economia. Se essa premissa não se confirmar, podemos ter um cenário bem mais negativo em termos de atividade econômica, desemprego e contas públicas.

O segundo tema é a inflação, no mundo e, em especial, nos países ricos. Eles, como o Brasil, reagiram à pandemia com estímulos fiscais e monetários muito fortes, o que, em 2021, se refletiu na inflação, que nos países desenvolvidos foi a mais alta em décadas. Os bancos centrais desses países resistiram a alterar a política monetária muito expansionista que vinham adotando, argumentando que a inflação alta resultava de choques “transitórios”, e que ela cairia logo e sozinha.

Esse discurso foi agora abandonado, mas o cenário central segue sendo de uma política monetária expansionista, ainda que menos do que no último par de anos. Nos EUA, a expectativa é de que em março o Fed, o banco central americano, pare de emitir moeda para comprar títulos públicos, começando a subir a taxa de juros em junho. Ao todo, seriam três altas em 2022, o que levaria os juros para pouco menos de 1% ao ano. Esse processo vai pressionar a taxa de câmbio e o risco país dos emergentes, mas de forma moderada e já bastante antecipada. Porém se a inflação americana surpreender para cima, os juros podem subir mais, colocando maior pressão sobre os emergentes.

Por fim, teremos as nossas eleições. A visão central é de que só em meados de 2022 se terá um cenário eleitoral mais claro, o que tem limitado as discussões sobre a política econômica que virá a partir de 2023. Hoje se trabalha com a premissa de que ela mudará pouco. Mas esse quadro pode se alterar conforme as eleições se aproximem, impactando o preço dos ativos brasileiros e, em especial, a taxa de câmbio. O cenário base é de que ela permanecerá estável, ou até apreciará um pouco, por conta da Selic mais alta; mas, dependendo do cenário político-eleitoral, pode haver uma nova rodada de desvalorização do real, jogando nossa inflação mais para cima. Tudo isso sugere que, além de pouco animador, o cenário de 2022 pode ser muito volátil. Que o ano seja, porém, muito bom para todos nós.

A Polícia Federal merece respeito

» LUCIANO LEIRO
Delegado de Polícia Federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)

Após o Congresso incluir a reestruturação das carreiras policiais ligadas ao Ministério da Justiça no orçamento de 2022, a Polícia Federal e as demais forças federais passaram a sofrer ataques constantes nas redes sociais e viraram alvo de notícias equivocadas divulgadas por alguns veículos de imprensa.

É importante deixar claro que essa é uma luta diuturna travada por servidores federais da segurança pública e suas entidades de classe. O forte empenho do Ministro da Justiça, do diretor-geral e de parlamentares da área da segurança, inclusive do próprio relator, só existiu porque a medida é necessária e pertinente.

Durante a reforma da Previdência havia um compromisso do governo federal de promover uma reestruturação em conjunto com as Forças Armadas por conta das peculiaridades da profissão. Mas isso não ocorreu, e inúmeros direitos foram perdidos. Hoje, um policial que morre no exercício da função, na maioria dos casos, deixa a família desamparada com pensão de 60% do subsídio.

Na PEC emergencial, os compromissos assumidos não foram cumpridos novamente, refletindo em novas perdas para a categoria. Já a Lei Complementar 173/2020 impediu qualquer tipo de gasto para valorização das carreiras ao longo de 2021 e com possibilidade também nos anos seguintes.

Temos consciência do momento que a sociedade brasileira tem vivido e estamos a par das discussões sobre o serviço público. Acreditamos que todas as carreiras merecem tratamento adequado e o devido respeito, mas cada uma delas tem suas peculiaridades e competências.

É importante destacar que a PF atua de norte a sul do país. Todos os policiais federais iniciam suas atividades funcionais em regiões de fronteira, consideradas mais perigosas. Por falta de efetivo, o servidor da PF, muitas vezes, é obrigado a atuar em regime de sobreaviso mensal, sem qualquer remuneração extra ou compensação de horário. Os delegados de polícia, por sua vez, têm que decidir rapidamente sobre questões cruciais, como a privação da liberdade de um cidadão, com o risco de responder por abuso de autoridade em razão da interpretação no caso concreto.

O Policial Federal trabalha em regime de dedicação exclusiva, sem privilégios e benefícios, como o auxílio moradia ou qualquer outro “penduricalho”. Ele não recebe super-salários, tão somente o subsídio mensal; não tem qualquer tipo de bônus por produtividade; nem direito a hora extra ou honorários. Muitas vezes, acaba pagando para trabalhar, já que é comum deslocamentos em missões, sem diária suficiente para cobrir os custos de hospedagem, alimentação e transporte.

Além de tudo, convivemos com um imenso déficit de policiais em nossos quadros, sobrecarregando os outros servidores. Isso impacta diretamente no desempenho das atividades, com enorme desgaste físico e mental. Não é à toa que registramos elevados índices de suicídio e de licença para tratamento por distúrbios psiquiátricos — um dos maiores entre todos os órgãos federais. Sem estrutura para tratamento psicológico, sequer dispomos de um plano de saúde, ainda que um importante passo tenha sido dado pelo governo federal com a edição da medida provisória 1080/21.

Em que pesem essas dificuldades, a Polícia Federal bate recordes sucessivos de operações e de recuperação de recursos. Durante todo o período de isolamento, os policiais estiveram na rua, seja para garantir a distribuição das vacinas ou para evitar que bilhões em recursos públicos fossem desviados pela corrupção, num total de 129 operações, em contratos que somavam mais de R\$ 4,6 bilhões ligados à pandemia. No exercício da função, inúmeros policiais federais acabaram contraindo a covid-19. Alguns desses servidores, infelizmente, perderam a vida vitimados pelo coronavírus.

Há muito tempo, falamos que a polícia federal se paga. Podemos citar aqui diversas operações que evitaram vultosos prejuízos aos cofres públicos. Um estudo feito pela Polícia Federal, no Ceará, mostrou que a cada real gasto com a PF, o retorno é de R\$ 3,62. Por isso, não há de se falar em gasto com a PF, mas sim de investimento e com retorno. A cada operação, estamos trazendo mais recursos para compra de vacinas, para o saneamento básico, para construção de escolas ou para a abertura de novos hospitais.

Nunca iremos renunciar à nossa missão constitucional. A Polícia Federal é uma das instituições mais aprovadas e respeitadas pela sociedade. Por isso, exigimos que a instituição seja valorizada e que o compromisso firmado com os policiais federais seja cumprido.

Por fim, não se pode esquecer do juramento do policial federal de cumprir com seus deveres ou do sacrifício da própria vida, se necessário for. É em homenagem a esses valerosos policiais que deram sua vida, e pelos tantos outros que defendem ou já defenderam o país da criminalidade, que afirmo: a Polícia Federal e seus servidores merecem todo apoio e respeito.

Votar e agir por um ano mais verde

» SÉRGIO MARGULIS
Escritor

Em 2022, o brasileiro terá decisões históricas a tomar. A mais importante delas é assumir uma postura responsável diante das eleições para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Cada voto será estratégico para definir os rumos do país neste momento tão crítico. A busca pela sustentabilidade deve abraçar não só o desafio das mudanças climáticas, causadas pelo aquecimento global, mas também a redução da desigualdade, a sina que envergonha o país.

Para tentar desacelerar o aquecimento, o próximo mandatário brasileiro deverá ter a coragem, com apoio do Congresso Nacional, de zelar o desmatamento na Amazônia e dar os rumos da transição para uma economia verde. Para que isso ocorra, o brasileiro precisa eleger um presidente que demonstre ser capaz de cumprir compromissos reais com o meio ambiente. Governos são fundamentais para agir contra o aquecimento global e é por isso que votar de forma consciente torna-se, a cada ano que passa, uma atitude mais decisiva para a vida na Terra.

Os políticos são fundamentais, mas não são os únicos responsáveis por salvar o planeta. Além do voto na urna, há diversas outras decisões individuais e coletivas que temos que adotar para tornar 2022 um ano mais verde. No livro Mudanças no clima: tudo o que você queria e não queria saber, mostramos como

é possível ter uma vida mais sustentável. Há muitas práticas e comportamentos que ajudam a reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

Antes de tudo, é preciso dizer que a maioria das emissões está relacionada ao consumo, especialmente nos níveis de renda mais altos. Portanto, a regra é evitar o consumismo. A todo momento, somos bombardeados por propagandas de roupas, produtos descartáveis, acessórios, embalagens excessivas. No fundo, temos consciência de que grande parte disso é desnecessária. Por isso, dê preferência a empresas e lojas certificadas ou que apoiem abertamente o combate ao aquecimento global, adotando práticas sustentáveis e outras posturas verdes.

O consumo de carne bovina também precisa ser reavaliado em 2022. Essa é uma das ações mais efetivas contra o aquecimento global. As emissões de carne bovina são cinco vezes maiores do que as equivalentes da carne de frango, por exemplo. Se tirar o boi do prato é difícil, diminuir seu consumo é bem possível. Podemos definir “segundas-feiras sem carne” e levar isso a sério — acredite, já será uma importante contribuição.

Em casa, são inúmeras as ações que ajudam a preservar o meio ambiente, como reciclar o lixo, separando material reaproveitável (alumínio, papel, plásticos), usar aparelhos mais eficientes (com selo de eficiência energética), tirar equipamentos da tomada quando não estão em uso,

utilizar o ar-condicionado com moderação, reduzir a duração do banho quente e dar preferência às escadas sempre que possível. Sua saúde e seu bolso também agradecem.

Ao sair de casa, a decisão mais importante é evitar ao máximo o transporte individual, especialmente os carros a gasolina. O transporte coletivo é muito menos poluidor, pois dividimos as emissões de gases de efeito estufa com outros passageiros. Andar a pé ou ir de bicicleta são as melhores opções. Se tiver que usar o carro, abasteça-o com etanol. Carros híbridos ou elétricos emitem muito menos, e definitivamente é preciso escolher carros menores e eficientes.

Em relação ao mundo do trabalho, o ideal é trabalhar de casa, sempre que possível. A pandemia nos trouxe uma lição: a de que podemos substituir viagens de negócios por reuniões virtuais. Os aviões consomem enormes quantidades de querosene, e as emissões são gigantescas. Caso não seja possível se reunir de modo virtual, tenha em mente que os voos sem escalas emitem menos.

Um novo ano se aproxima e traz a possibilidade de uma vida mais sustentável. Todos temos que mudar de atitude e rever hábitos. O planeta está com febre e precisa do esforço de todos os governos e nós cidadãos para evitar danos irreversíveis. Dê o primeiro passo e comece. Escolha governos sérios e comprometidos com o planeta e uma escolha em nossas mãos.